

# **As dimensões da democracia entre as elites parlamentares estaduais do Brasil: o caso do Estado de São Paulo.**

Felisbino Riberti de Almeida y Kerbauy Maria Teresa Miceli.

Cita:

Felisbino Riberti de Almeida y Kerbauy Maria Teresa Miceli (2010). *As dimensões da democracia entre as elites parlamentares estaduais do Brasil: o caso do Estado de São Paulo*. V Congreso Latinoamericano de Ciencia Política. Asociación Latinoamericana de Ciencia Política, Buenos Aires.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-036/56>

---

**V CONGRESO LATINOAMERICANO DE CIENCIA POLÍTICA**  
**ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE CIENCIA POLÍTICA**  
**INTEGRACIÓN, DIVERSIDAD Y DEMOCRACIA EN TIEMPOS DEL BICENTENARIO**  
**28 - 30 DE JULHO DE 2010**  
**BUENOS AIRES, ARGENTINA**

**POLÍTICA COMPARADA | POLÍTICA SUBNACIONAL COMPARADA**

**AS DIMENSÕES DA DEMOCRACIA ENTRE AS ELITES PARLAMENTARES**  
**ESTADUAIS DO BRASIL: O CASO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**RIBERTI DE ALMEIDA FELISBINO (UNESP/ARARAQUARA-SP)**  
PÓS-DOCTORANDO FAPESP (FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS)

**MARIA TERESA MICELI KERBAUY (UNESP/ARARAQUARA-SP)**  
PROFESSORA COLABORADORA (FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS)

**VERSÃO PRELIMINAR**

**- JUNHO DE 2010 -**

---

## RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar os valores políticos dos membros da elite parlamentar da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo em relação ao sistema político democrático. O recorte temporal de análise foi o período de 2007 a 2009. A técnica de coleta foi apoiada em um questionário com perguntas fechadas e a análise dos dados foi baseada nos principais métodos de pesquisa nas Ciências Sociais. As opiniões dos deputados estaduais paulista revelam: i) a democracia está estável, ii) ela é preferível a qualquer outro tipo de regime, iii) a democracia apresenta um conteúdo social/igualitário e político/eleitoral e iv) os partidos e as eleições são importantes para manter esse tipo de regime.

Palavras-chave: instituição, valores políticos, democracia, Assembleia Legislativa, deputado estadual.

## RESUMEN

Este trabajo analiza, en el periodo de 2007-2009, las percepciones de los miembros de la élite parlamentaria de la Asamblea Legislativa del Estado de São Paulo sobre la democracia. La obtención de los datos se basó en un cuestionário con preguntas cerradas y el analisis de los datos se utilizó los principales métodos de investigaciones en las Ciencias Sociales. Las opiniones de los parlamentares paulista revelan: i) la democracia es estable, ii) ella es preferible a cualquier otro tipo de régimen político, iii) la democracia presenta un contenido social/igualitario

y político/electoral y iv) los partidos y las elecciones son importantes para mantener la democracia.

Palabras clave: institución, valores políticos, democracia, Asamblea Legislativa, diputado estadual.

## **INTRODUÇÃO**

A Constituição Federal de 1988 inaugurou um novo arranjo institucional e os estudiosos da política brasileira têm se interessado cada vez mais em compreender as particularidades e o funcionamento desse arranjo. Com os primeiros estudos de Argelina Cheibub Figueiredo e Fernando Limongi no início dos anos 90, os estudiosos vêm acumulando conhecimentos sobre o presidencialismo brasileiro e a combinação desse sistema de governo com outras instituições. Essa dedicação tem criado um campo de pesquisa específico no interior da Ciência Política, conhecido como 'Estudos Legislativos', focado na relação dos poderes constitucionais da República (Executivo, Legislativo e Judiciário) e nas suas instâncias institucionais.

Após os primeiros trabalhos de Argelina Cheibub Figueiredo e Fernando Limongi sobre a Câmara dos Deputados, muitos estudos sobre as Assembleias Legislativas foram ou estão sendo desenvolvidos. Os trabalhos de Abrúcio (1994, 1998), Abrúcio, Teixeira e Costa (2001), Abrúcio, Pó e Clemente (2008), Anastásia (2001), Andrade (1998a, 1998b), Braga (2006), Couto (1998), Domingues (2001), Grohmann (2001), Holanda (1990), Machado (2008), Moraes (2001), Pait (1990), Pereira (2001), Santos (2001a, 2001b), Souza (2008), Tomio

e Ricci (2008) e outros representam a diversidade analítica sobre o estudo do poder Legislativo estadual no Brasil. A maioria das análises empreendidas por esses trabalhos mostra o funcionamento das Assembleias Legislativas estaduais e as suas relações com os poderes Executivos na elaboração das leis.

Apesar do crescimento dos estudos da casa Legislativa estadual no Brasil, a elite parlamentar desse poder permanece um grupo relativamente desconhecido no interior das Ciências Sociais, sobretudo da Ciência Política. A importância dessa elite e sua atuação no processo decisório ainda não foram devidamente exploradas. É importante deixar claro que a elite parlamentar não é composta por todos os membros do poder Legislativo. Ela é constituída por um pequeno grupo de parlamentares que apresentam algumas habilidades ou privilégios que possibilitam a eles o direito de coordenar e decidir pelos demais colegas da casa Legislativa (Felisbino, 2007).

A tarefa de compreender o sistema político brasileiro torna-se mais difícil se nós não damos uma atenção especial aos membros das elites estratégicas. Não é segredo para os estudiosos da política e também é reconhecido pelos próprios parlamentares que, no interior do poder Legislativo, a capacidade de tomar e impor decisões a todos os membros concentra-se num pequeno grupo muito restrito, ou seja, na elite parlamentar da casa. Dito isto, o objeto de estudo deste trabalho foi a elite parlamentar, que é composta pelos líderes dos principais partidos da 16ª Legislatura (2007-2011) da Assembleia Legislativa do Estado de

São Paulo e o ponto de partida que orientou esta pesquisa é a desconfiança nas instituições políticas que compõem o atual arranjo institucional<sup>1</sup>.

No Brasil, segundo Moisés (2005), a democracia está aparentemente consolidada, mas as pesquisas de opinião do Latinobarómetro têm revelado que os brasileiros não confiam nas suas instituições, sobretudo na própria democracia. Nos últimos anos, o processo de consolidação da democracia latino-americana tem sido um tema que vem sendo estudado por muitos estudiosos das Ciências Sociais, em especial da Ciência Política. Esse interesse pode ser explicado pela importância que tal regime representa na história política da América Latina, marcada por longas violências decorrentes dos governos militares. Dentre as várias pesquisas desenvolvidas, pode-se destacar o interesse pela análise das opiniões dos cidadãos sobre a funcionabilidade do regime democrático.

Os dados divulgados pelo Latinobarómetro sobre a adesão dos brasileiros à democracia são baixos. Nos anos de 1996, 2001, 2006, 2007 e 2008, o percentual de brasileiros que preferem a democracia a qualquer outra forma de regime político nunca ultrapassou os 50,0%, respectivamente, com 50,0%, 30,0%, 46,0%, 43,0% e 47,0% do total. Em resumo, os percentuais indicam que a democracia não foi bem avaliada pelos brasileiros.

Quanto a isto, Moisés (2005, p. 34) ressalta que no Brasil, "(...) a percepção negativa das instituições atravessa todos os segmentos de renda, escolaridade, idade e distribuição ecológica, chegando a influir sobre a disposição

---

<sup>1</sup> Este trabalho apresenta o resultado parcial da pesquisa *Democracias comparadas dos Estados brasileiros: opiniões e valores das elites parlamentares das Assembléias Legislativas de São Paulo e Maranhão*, com apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo e sob supervisão da profa. Maria Teresa Miceli Kerbauy.

dos cidadãos para participar de processos políticos (...)"'. Se esse sentimento negativo sobre as instituições é generalizado entre os brasileiros, o que os parlamentares pensam? Sabemos que os deputados estaduais são atores que operam diretamente as instituições políticas (Perissinotto e Braunert, 2006) e isto permite perguntar: o que os membros das elites parlamentares das Assembleias Legislativas pensam da democracia? para eles a democracia é a melhor forma de governo? se não é em que momento a democracia não é preferível?

Para elucidar empiricamente estas perguntas, a entrevista foi a principal técnica para conhecer as opiniões dos deputados estaduais membros da elite parlamentar do poder Legislativo paulista e para isto usamos como modelo dois questionários das seguintes pesquisas: i) 'Quem governa? Mapeando as elites políticas paranaenses (1995-2002)<sup>2</sup> e ii) 'Élites Parlamentarias Latinoamericanas'<sup>3</sup>. Depois de obter a autorização de uso desses questionários, adequamos metodologicamente algumas questões e optamos pelo método que Babbie (2003) chamou de questionário auto-administrado<sup>4</sup>.

Com base nas orientações de Earl Babbie, o questionário foi deixado nos gabinetes dos deputados estaduais que foram ou são líderes partidários do período compreendido entre 2007 a 2009 da 16º Legislatura (2007-2011) da Assembleia Legislativa paulista. Nesse período, a casa Legislativa paulista teve 32 líderes partidários e até o momento atingimos um retorno de 15 questionários

---

<sup>2</sup> Essa pesquisa foi desenvolvida pelos pesquisadores associados ao Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira da Universidade Federal do Paraná, sob coordenação dos profs. Adriano Nervo Codato, Paulo Roberto Neves Costa e Renato Monseff Perissinotto.

<sup>3</sup> Essa pesquisa é desenvolvida pelos pesquisadores associados ao Instituto Interuniversitario de Iberoamérica da Universidad de Salamanca (Espanha), sob coordenação do prof. Manuel Alcántara Sáez.

<sup>4</sup> Segundo Earl Babbie, com o questionário auto-administrado, o entrevistado responde as perguntas sem a presença do entrevistador, possibilitando-o uma melhor organização do seu tempo, ou seja, ele poderá adequar o seu tempo para responder o questionário.

(46,8%). Importa ressaltar que alguns pesquisadores têm opiniões divergentes com relação a essa opção metodológica, mas acreditamos que no momento foi a melhor escolha para atingirmos os objetivos da pesquisa.

Os dados coletados passaram por uma análise de consistência, depois foram codificados e inseridos na planilha do PASW *Statistics* (antigo SPSS). Com o banco de dados preparado foi possível fazer uma análise mais detalhada das opiniões dos deputados estaduais sobre a democracia. A forma como os dados são apresentados e discutidos, o trabalho é descritivo e os resultados divulgados não são conclusivos a respeito do objeto aqui estudado, pois ainda a pesquisa está em andamento e seria necessário realizar alguns testes estatísticos mais sofisticados para melhor dimensionar as principais variáveis que orientam a pesquisa

O trabalho procura oferecer contribuições aos estudos sobre a democracia no Brasil, o texto está assim organizado: na primeira seção, discutimos a estabilidade da democracia; na segunda seção, analisamos a adesão ao regime democrático e as situações em que os entrevistados admitem ou não o fim da democracia; na terceira seção, discutimos o conteúdo dessa adesão e na última seção, analisamos a importância dos partidos e das eleições para a democracia. Também foi realizado, na medida do possível, uma pequena comparação com as opiniões dos legisladores membros das elites parlamentares dos países pertencentes ao bloco do MERCOSUL.



## A DEMOCRACIA NA VISÃO DOS MEMBROS DA ELITE PARLAMENTAR PAULISTA

### ESTABILIDADE DEMOCRÁTICA

Para todos os deputados estaduais entrevistados o Brasil é uma democracia. Tal comprovação não foi surpresa para nós, pois no atual desenvolvimento democrático, que se encontra o Brasil, é difícil encontrar um parlamentar que afirmar o contrário. Embora os parlamentares digam isto, ainda é muito cedo para definir, a partir desta afirmação, a que tipo de democracia eles estão se referindo. Voltaremos a este ponto mais adiante. Constatado o reconhecimento de que o Brasil é uma democracia, é fundamental saber como está a estabilidade democrática.

Começamos a discussão fazendo uma distinção entre as categorias 'Muito Estável' e 'Bastante Estável', pois as palavras 'Muito' e 'Bastante' pode provocar dúvidas no momento da leitura dos resultados. A diferença entre as duas categorias está na intensidade aferida de cada palavra. Segundo o Dicionário de Língua Portuguesa Houaiss, a palavra 'Muito' (advérbio) significa "exageradamente", "excessivamente", ou, ainda, "abundantemente"; enquanto a palavra 'Bastante' (também advérbio) expressa "quantidade suficiente", "satisfatoriamente", ou, ainda, "muito de maneira acima da média". Constatado tal discriminação entre as palavras, a categoria 'Muito Estável' agrega mais intensidade de aferição que a categoria 'Bastante Estável', pois 'Muito' é mais forte que 'Bastante'. A Tabela 1 apresenta o percentual das opiniões dos parlamentares sobre a estabilidade da democracia.

**Tabela 1**  
**Estabilidade da democracia**  
**ALESP, 2010**

| Estabilidade     | Elite     |              |
|------------------|-----------|--------------|
|                  | N         | %            |
| Muito Estável    | 2         | 13,3         |
| Bastante Estável | 11        | 73,4         |
| Pouco Estável    | 2         | 13,3         |
| Não é Estável    | -*        | -            |
| <b>TOTAL</b>     | <b>15</b> | <b>100,0</b> |

Fonte: Felisbino e Kerbauy (2009).

Obs.: \* Sinal para indicar N e % igual a zero.

Observe-se na tabela acima que a maioria dos parlamentares pensa que a democracia está 'Bastante Estável', ou seja, os deputados estaduais paulistas estão otimistas em avaliar o regime democrático e isto fica constatado no alto percentual da categoria 'Bastante Estável' (73,4%). Chama a atenção que para dois legisladores a democracia brasileira é 'Pouco Estável' (13,3%). Essa percepção talvez possa estar relacionada com o baixo percentual de brasileiros que preferem a democracia a qualquer outra forma de regime político, que nunca excedeu a marca dos 50,0%.

Quando se trata de analisar o grau de estabilidade democrática entre as elites parlamentares nos países membros do MERCOSUL, os dados estão um pouco abaixo daqueles encontrados por nós para os parlamentares paulistas. Esse grau de estabilidade democrática é identificado com a soma das categorias 'Muito Estável' e 'Bastante Estável', quanto mais próximo de 100,0% mais estável é o regime.

No caso dos países do MERCOSUL, Felisbino (2008) ao analisar a democracia identificou que o Uruguai, a Argentina e o Brasil são os países onde a democracia está mais estável, com, respectivamente, 97,8%, 95,2% e 93,3%.

Paraguai e Venezuela são os países que apresentam dificuldades com a estabilidade democrática, pois o grau de estabilidade democrática desses países foi de 67,1% e 63,1%, respectivamente. Para o grupo paulista de parlamentares aqui analisado, a estabilidade democrática está um pouco abaixo (86,7%) do encontrado entre as elites parlamentares no MERCOSUL, com exceção do resultado encontrado no Paraguai e na Venezuela.

Para os membros do seletor grupo de parlamentares da casa Legislativa paulista, o Brasil é uma democracia estável. Abordado essa temática, na próxima seção vamos discutir a adesão dos deputados estaduais à democracia e as situações em que os entrevistados admitem ou não o fim desse regime.

#### ADESÃO À DEMOCRACIA

Quando se analisa a democracia de alguns países da América Latina, o que se busca saber é se ainda existe o desejo de voltar aos tempos dos militares no poder, pois pesquisas do Latinobarómetro já mostraram que os cidadãos latino-americanos estariam dispostos a aceitar um regime autoritário se esse resolvesse os problemas que afligem o dia-a-dia.

Verificamos uma ampla adesão dos deputados estaduais à democracia como a melhor forma de governo. Essa adesão, quando comparada com as pesquisas do Latinobarómetro, está em um patamar muito alto. Para observar isto apresentamos as Tabelas 2 e 3 que exibem os percentuais das opiniões dos latino-americanos e dos parlamentares entrevistados que preferem a democracia a qualquer outro tipo de regime.

**Tabela 2**  
**Adesão à democracia**  
**América Latina, 2007 e 2008**

| País            | Ano         |             | ≠ 2008 e 2007 |
|-----------------|-------------|-------------|---------------|
|                 | 2007        | 2008        |               |
| Venezuela       | 67,0        | 82,0        | 15            |
| Uruguai         | 75,0        | 79,0        | 4,0           |
| Rep. Dominicana | 64,0        | 73,0        | 9,0           |
| Bolívia         | 67,0        | 68,0        | 1,0           |
| Costa Rica      | 83,0        | 67,0        | - 16,0        |
| Colômbia        | 47,0        | 62,0        | 15,0          |
| Argentina       | 63,0        | 60,0        | - 3,0         |
| Nicarágua       | 61,0        | 58,0        | 3,0           |
| Panamá          | 62,0        | 56,0        | 6,0           |
| Equador         | 65,0        | 56,0        | - 9,0         |
| Paraguai        | 33,0        | 53,0        | 20,0          |
| Chile           | 46,0        | 51,0        | 5,0           |
| El Salvador     | 38,0        | 50,0        | 12,0          |
| <b>Brasil</b>   | <b>43,0</b> | <b>47,0</b> | <b>4,0</b>    |
| Peru            | 47,0        | 45,0        | - 2,0         |
| Honduras        | 38,0        | 44,0        | 6,0           |
| México          | 48,0        | 43,0        | - 5,0         |
| Guatemala       | 32,0        | 34,0        | 2,0           |

Fonte: Latinobarómetro.

**Tabela 3**  
**Adesão à democracia**  
**ALESP, 2010**

| Adesão  | Elite     |              |
|---|-----------|--------------|
|   | N         | %            |
| A democracia é sempre a melhor forma de governo   | 14        | 93,3         |
| A democracia às vezes é a melhor forma de governo | 1         | 6,7          |
| A democracia nunca é a melhor forma de governo    | -*        | -            |
| É indiferente ter ou não uma democracia           | -         | -            |
| <b>TOTAL</b>                                      | <b>15</b> | <b>100,0</b> |

Fonte: Felisbino e Kerbaui (2009).

Obs.: \* Sinal para indicar N e % igual a zero.

Como se pode observar na Tabela 2, menos da metade dos salvadorenhos, peruanos, hondurenhos e dos mexicanos entrevistados em 2008 consideram a democracia o melhor regime para se viver, com 50,0%, 45,0%, 44,0% e 43,0% do total, respectivamente. A crença com a democracia cai drasticamente com as opiniões dos guatemaltecos, o percentual sequer chega a

40,0%. No caso brasileiro, a adesão à democracia é baixa. Segundo esse instituto de pesquisa, nos anos de 2007 e 2008, o percentual de brasileiros que preferem a democracia a qualquer outra forma de governo não chegou os 50,0% (43,0% e 47,0%), isto significa que a democracia não foi bem avaliada pelos cidadãos brasileiros. Contudo, no topo da aceitação da democracia estão os venezuelanos, os uruguaios e os dominicanos, com 89,0%, 79,0% e 73,0%, respectivamente.

Ao contrário do que ocorreu entre os latino-americanos, em especial com os brasileiros entrevistados pelos pesquisadores associados ao Latinobarómetro, para os deputados estaduais do Estado de São Paulo a adesão a essa forma de governo abrange quase a totalidade da elite parlamentar paulista (93,3%, Tabela 3), ou seja, até o momento os dados apresentados são superiores aos encontrados entre os cidadãos latinos. Ainda cabe ressaltar que somente um parlamentar disse que a democracia às vezes é a melhor forma de governo.

Se olharmos com atenção para os dados da Tabela 3, eles não nos dizem nada a respeito de quão intensamente os parlamentares entrevistados aderem ao regime democrático. Para tentar verificar essa intensidade, os parlamentares tiveram que 'Concordar' ou 'Discordar' de algumas afirmações que justificariam o fim do regime democrático. A Tabela 4 apresenta se o fim da democracia seria ou não aceitável nas situações apresentadas aos entrevistados.

**Tabela 4**  
**Concorda ou discorda com o fim da democracia**  
**ALESP, 2010**

| Situação  | Elite |        | TOTAL  |
|---|-------|--------|--------|
|   | C*    | D**    |        |
| Ameaça à propriedade privada                        | -***  | 100,0% | 100,0% |
|   |       | (15)   | (15)   |
| Ameaça aos valores morais e religiosos              | 13,3% | 86,7%  | 100,0% |
|   | (2)   | (13)   | (15)   |
| Ameaça à ordem pública em função de crise econômica | 13,3% | 86,7%  | 100,0% |
|   | (2)   | (13)   | (15)   |
| Corrupção generalizada                              | 20,0% | 80,0%  | 100,0% |
|   | (3)   | (12)   | (15)   |
| Ameaça ao Estado pelo crime organizado              | 20,0% | 80,0%  | 100,0% |
|   | (3)   | (12)   | (15)   |
| Quebra da hierarquia das instituições militares     | 6,7%  | 93,3%  | 100,0% |
|   | (1)   | (14)   | (15)   |
| Não é aceitável o fim da democracia                 | 73,3% | 26,7%  | 100,0% |
|   | (11)  | (4)    | (15)   |

**Fonte:** Felisbino e Kerbauy (2009).

**Obs.:** \* C = Concorda. \*\* D = Discorda. \*\*\* Sinal para indicar N e % igual a zero.

Esta tabela reforça os dados expostos na Tabela 3, pois podemos ver uma forte adesão dos deputados estaduais à democracia. Isto se confirma porque em nenhuma das situações dadas aos membros da elite parlamentar a opção 'Concorda' foi aceita pela maioria do grupo analisado, salvo na última situação. Entretanto, em algumas situações, alguns parlamentares disseram concordar com o fim dessa forma de governo. Nesse caso, a corrupção generalizada, a ameaça ao Estado pelo crime organizado e a ameaça aos valores morais e religiosos foram as situações que mais motivaram os entrevistados a aceitarem o fim da democracia.

Os dados apresentados da Tabela 4 ainda chamam a atenção para duas situações. A primeira foi saber que a ameaça à propriedade privada não é um problema para interromper o regime democrático. O mais curioso foi saber que os parlamentares dos partidos de esquerda não defendem a supressão da

democracia caso exista uma ameaça à propriedade privada. A segunda compartilha com alguns estudos sobre as elites políticas e democracia (Moisés, 2005; Lima e Cheibud, 1994), isto é, depois de um longo período de ditadura, 14 entrevistados não acham que se deve interromper a democracia por uma eventual crise no seio da caserna. Importa, pois, considerar, ainda que sumariamente, que os dados expostos na Tabela 4 apresentam certa coerência nas respostas dos deputados estaduais paulistas, isto significa dizer que ao escolherem a opção 'Discordar' na última situação ('Não é aceitável o fim da democracia'), o valor (N) não foi superior as demais situações apresentadas aos parlamentares.

A maioria dos parlamentares adere fortemente à democracia, mas em alguns casos eles podem trocá-la por outra forma de governo. Constatado isto, agora podemos passar para a terceira seção que assinalamos no início do trabalho, e que é uma consequência desta análise que estivemos discutindo.

#### CONTEÚDO DA DEMOCRACIA

Vimos que os parlamentares apóiam fortemente a democracia, mas até agora não conhecemos o conteúdo desse apoio. Para isto, um dos meios que encontramos para identificar esse apoio foi apresentar aos membros da elite parlamentar paulista algumas questões que abordassem temas da igualdade social e da participação política, pois são assuntos que balizam os princípios de um regime dito democrático. O que se busca nesse momento é saber as opiniões

dos entrevistados sobre as medidas que visem não apenas fortalecer o lado social da democracia (crescimento da igualdade social) como também o outro lado, o político (crescimento da participação política).

Nesse sentido, para colher as opiniões dos deputados estaduais sobre políticas sociais igualitárias, pedimos aos nossos entrevistados que se posicionassem concordando ou discordando com algumas políticas que poderiam contribuir para diminuir a desigualdade social entre os grupos sociais. A Tabela 5 apresenta as opiniões dos parlamentares com relação às políticas sociais igualitárias.

**Tabela 5**  
**Concorda ou discorda de políticas igualitárias**  
**ALESP, 2010**

| Igualdade social                             | Elite          |              | TOTAL          |
|--|----------------|--------------|----------------|
|  | C*             | D**          |                |
| Sistema universitário gratuito               | 100,0%<br>(15) | -***         | 100,0%<br>(15) |
| Universalização da saúde pública             | 100,0%<br>(15) | -            | 100,0%<br>(15) |
| Renda mínima para todos                      | 93,3%<br>(14)  | 6,7%<br>(1)  | 100,0%<br>(15) |
| Cotas para negros nas universidades públicas | 93,3%<br>(14)  | 6,7%<br>(1)  | 100,0%<br>(15) |
| Reforma agrária em terras produtivas ou não  | 66,6%<br>(10)  | 33,3%<br>(5) | 100,0%<br>(15) |
| Legalização da prática do aborto             | 66,6%<br>(10)  | 33,3%<br>(5) | 100,0%<br>(15) |
| União civil de pessoas do mesmo sexo         | 60,0%<br>(9)   | 40,0%<br>(6) | 100,0%<br>(15) |

Fonte: Felisbino e Kerbauy (2009).

Obs.: \* C = Concorda. \*\* D = Discorda. \*\*\* Sinal para indicar N e % igual a zero.

Depreende-se da tabela acima que essas políticas despertaram o espírito igualitário dos nossos entrevistados. Merece destaque as políticas que focam o sistema universitário gratuito, a universalização da saúde, a renda mínima e a



cotas para negros, pois foram, por sua vez, as políticas que mais obtiveram adesão dos entrevistados, com 100,0%, 100,0%, 93,3% e 93,3%, respectivamente. Já algumas políticas que dividem a opinião dos cidadãos no seu dia-a-dia também obtiveram apoio de alguns parlamentares, por exemplo, a legalização da prática do aborto, a reforma agrária em terras produtivas e improdutivas e a união civil de pessoas do mesmo sexo alcançaram uma adesão de 66,6%, 66,6% e 60,0%, respectivamente, dos entrevistados. Até o momento, podemos notar um maior entusiasmo dos parlamentares em relação às políticas igualitárias.

O próximo passo para identificarmos o conteúdo do apoio à democracia foi avaliar a opinião dos parlamentares sobre a ampliação dos espaços participativos disponíveis aos cidadãos no seio da sociedade. É importante lembrar que aqui a participação diz respeito a um conjunto de formas de manifestação dos cidadãos ante ao Estado. Para apreender tal opinião, solicitamos aos parlamentares que se posicionassem concordando ou discordando com algumas políticas que poderiam contribuir para o alargamento das esferas de participação dos cidadãos. A Tabela 6 apresenta as opiniões dos parlamentares com relação à ampliação participativa do cidadão.

**Tabela 6**  
**Concorda ou discorda da ampliação da participação política**  
**ALESP, 2010**

| Participação política                                | Elite          |               | TOTAL          |
|--|----------------|---------------|----------------|
|  | C*             | D**           |                |
| Participação do cidadão pelo voto                    | 100,0%<br>(15) | ***           | 100,0%<br>(15) |
| Participação do cidadão pelo plebiscito              | 46,7%<br>(7)   | 53,3%<br>(8)  | 100,0%<br>(15) |
| Participação do cidadão pelos conselhos gestores     | 53,3%<br>(8)   | 46,7%<br>(7)  | 100,0%<br>(15) |
| Participação do cidadão pelo orçamento participativo | 46,7%<br>(7)   | 53,3%<br>(8)  | 100,0%<br>(15) |
| Participação direta do cidadão nos assuntos públicos | 20,0%<br>(3)   | 80,0%<br>(12) | 100,0%<br>(15) |

Fonte: Felisbino e Kerbaux (2009).

Obs.: \* C = Concorda. \*\* D = Discorda. \*\*\* Sinal para indicar N e % igual a zero.

O que se vê na Tabela 6 é que para todos os parlamentares a ideia de democracia está vinculada ao campo eleitoral, isto significa dizer que só existe esse regime se houver a participação do cidadão pelo voto (100,0%). Por outro lado, a visão democrática defendida por Jean-Jacques Rousseau, isto é, uma participação direta do cidadão em todas as decisões, não é aceita pela grande maioria dos deputados estaduais paulistas, somente três concordaram com tal participação. Para as demais formas possíveis de participação, os conselhos gestores (53,3%), o plebiscito (46,7%) e o orçamento participativo (46,7%), são avaliadas por alguns deputados estaduais favoravelmente, podendo ser criadas em conjunto à visão eleitoral do grupo por nós estudado. Ademais esse conjunto de formas de manifestação apoiado pelos parlamentares pode fortalecer os níveis de “(...) consciência e de organização da população na construção de uma real prática democrática” (Jacobi, 1980, p. 26).

A democracia apresenta um conteúdo social/igualitário e político/eleitoral, estabelecendo uma relação de custo e benefício que esse regime pode oferecer aos atores envolvidos. Encontrado o conteúdo desse regime, na próxima seção vamos discutir a importância dos partidos e das eleições para a democracia.

#### PARTIDOS E ELEIÇÕES NA DEMOCRACIA

Tivemos o interesse de saber se os deputados estaduais membros da elite parlamentar da Assembleia paulista reconhecem a importância dos partidos e das eleições em um regime democrático. Essas instituições são cruciais para o bom funcionamento da democracia. O partido é um mecanismo de expressão e de representação, ao mesmo tempo cumpre com a função de governar. Já a eleição é uma das quatro propriedades fundamentais da democracia, isto significa que é um instrumento institucional básico e essencial de qualquer um sistema político democrático (Mainwaring, Brinks e Pérez-Liñán, 2001)<sup>5</sup>.

A fim de conhecer as opiniões dos parlamentares sobre a importância do partido e da eleição para a democracia, apresentamos a eles as seguintes afirmações: i) 'há pessoas que dizem que sem partidos não pode existir democracia' e ii) 'as eleições são sempre o melhor meio para expressar determinadas preferências políticas'. O nosso objetivo era ver em que medida os entrevistados reconheceriam a relevância dessas instituições. Para isto, eles

---

<sup>5</sup> Para esses autores, as quatro propriedades fundamentais da democracia são: 1) eleições competitivas, periódicas e limpas, 2) população adulta com direito ao voto, 3) proteção aos direitos políticos e às liberdades civis e 4) governar sem a influência de outros atores.

deveriam concordar ou discordar das afirmações apresentadas. A Tabela 7 apresenta o percentual das opiniões dos parlamentares sobre a importância do partido e da eleição para a democracia.

**Tabela 7**  
**Importância do partido e da eleição para a democracia**  
**ALESP, 2010**

| Afirmação   | Elite          |             | TOTAL          |
|---|----------------|-------------|----------------|
|   | C*             | D**         |                |
| Há pessoas que dizem que sem partido não pode existir democracia                        | 93,3%<br>(14)  | 6,7%<br>(1) | 100,0%<br>(15) |
| As eleições são sempre o melhor meio para expressar determinadas preferências políticas | 100,0%<br>(15) | ***         | 100,0%<br>(15) |

Fonte: Felisbino e Kerbauy (2009).

Obs.: \* C = Concorda. \*\* D = Discorda. \*\*\* Sinal para indicar N e % igual a zero.

Depreende-se da Tabela 7 que a maioria, quase absoluta (93,3%), dos legisladores está de acordo com a afirmação de que sem partido não pode existir democracia, enquanto um dos nossos entrevistados é contrário a essa afirmação. Quando se trata de analisar a relevância das legendas partidárias para a democracia entre as elites parlamentares no MERCOSUL, os dados são satisfatórios com aqueles encontrados por nós para os deputados estaduais da Assembleia paulista. No caso dos países do MERCOSUL, Felisbino (2008) identificou que os paraguaios, os uruguaios e os argentinos são os parlamentares que mais concordam com a afirmação citada, com 94,5%, 89,5% e 81,0% do total, respectivamente.

A Tabela 7 também informa que os 15 parlamentares entrevistados concordam com a afirmação de que a melhor forma de expressão das preferências políticas é por meio da eleição. Essa mesma percepção também foi

constatada entre a maioria dos parlamentares dos países do MERCOSUL, pois eles acreditam na importância das eleições para a democracia. Os argentinos, os uruguaios e os paraguaios são os parlamentares que mais acreditam na importância das eleições no regime democrático com 98,4%, 95,3% e 92,9% do total, respectivamente (Felisbino, 2008).

Nas opiniões dos nossos entrevistados, pode-se afirmar que os partidos e as eleições, principalmente as competitivas, periódicas e livres, são instituições e sempre foram instrumentos básicos do jogo político e elas são necessárias para manter a ordem democrática.

#### **UMA CONCLUSÃO PRELIMINAR**

O objetivo central deste trabalho foi oferecer uma pequena contribuição na análise da democracia no Brasil. A discussão foi apoiada nas opiniões dos membros pertencentes à elite parlamentar da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo sobre o sistema político em que vivem. Acreditamos que o objetivo proposto foi atingido e as observações feitas ao longo do texto permitem concluir, mesmo que preliminarmente, este trabalho destacando alguns pontos:

- Reconhecimento por parte dos membros da elite parlamentar de que estamos vivendo em uma democracia e mesmo apresentando um grau de estabilidade democrática baixo, quando comparado com alguns países do MERCOSUL, esse regime está estável.
- Forte apoio dos deputados estaduais à democracia e essa adesão está muito acima do encontrado pelos pesquisadores associados ao Latinobarómetro

(47,0% contra 93,3%). Pouquíssimos parlamentares aceitam uma interrupção da democracia caso os valores que lhe são fundamentais sejam atingidos pela continuidade do regime.

- A adesão à democracia apresenta um conteúdo social que obteve um bom apoio dos entrevistados. Isto significa que as políticas públicas que buscam focar no sistema universitário gratuito, na universalização da saúde, na renda mínima, na cotas para negros, na legalização da prática do aborto, na reforma agrária em terras produtivas e improdutivas e na união civil de pessoas do mesmo sexo podem trazer mudanças no seio da sociedade. Na esfera política, o conteúdo da democracia pauta-se basicamente na participação do cidadão pelo voto, ou seja, a democracia tem um peso eleitoral muito grande na opinião dos entrevistados.
- As opiniões dos membros da elite parlamentar de que 'há pessoas que dizem que sem partidos não pode existir democracia' e de que 'as eleições são sempre o melhor meio para expressar determinadas preferências políticas' mostram a importância que os partidos e as eleições têm no interior do regime democrático de estruturarem as vontades e as decisões políticas.

Por fim importa dizer que se pretende nos próximos trabalhos inserir nas análises os deputados estaduais da elite parlamentar da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão. Também se deseja incluir nessas análises a origem social (ocupação, escolaridade, tamanho do patrimônio e gênero) e a auto-declaração no espectro ideológico dos parlamentares das Assembleias Legislativas dos Estados paulista e maranhense como variáveis explicativas à adesão ao regime democrático e ao tipo de democracia que aderem.

**REFERÊNCIAS**

ABRÚCIO, Fernando Luiz (1994). "Os barões da Federação". São Paulo: Revista Lua Nova, n° 33, pp. 165-183.

\_\_\_\_\_ (1998). Os barões da Federação: os governadores e a redemocratização brasileira. São Paulo: Editora Hucitec.

\_\_\_\_\_, TEIXEIRA, Marco Antônio C. e COSTA, Valeriano Mendes F. (2001). "O papel institucional da Assembléia Legislativa paulista: 1995 a 1998". In SANTOS, Fabiano (org.). O poder Legislativo nos Estados: diversidade e convergência. Rio de Janeiro: Editora FGV.

\_\_\_\_\_, PÓ, Marcos Vinicius e CLEMENTE, Roberta Aguilar dos Santos Clemente (2008). "Agências reguladoras e Assembléias Legislativas: o ultrapresidencialismo em funcionamento". Campinas: 6° Encontro da ABCP.

ANASTASIA, Fátima (2001). "Transformando o Legislativo: a experiência da Assembléia de Minas Gerais". In SANTOS, Fabiano (org.). O poder Legislativo nos Estados: diversidade e convergência. Rio de Janeiro: Editora FGV.

ANDRADE, Regis de Castro (org.) (1998a). Processo de governo no município e no estado. Uma análise a partir de São Paulo, Editora EDUSP.

\_\_\_\_\_ (1998b). "Processo decisório na Câmara dos vereadores e na Assembléia Legislativa de São Paulo". In ANDRADE, Regis de Castro (org.). Processo de governo no município e no estado. Uma análise a partir de São Paulo. São Paulo: Editora EDUSP.

BABBIE, Earl (2003). Métodos de pesquisas de survey. Belo Horizonte: Editora UFMG.

BRAGA, Sérgio Soares (2006). "O que fazem os deputados estaduais paranaenses e por que? Testando o modelo do 'Segrego Ineficiente Revisto' numa escala subnacional". Belo Horizonte: 5º Encontro da ABCP.

COUTO, Cláudio Gonçalves (1998). "Negociação, decisão e governo: padrões interativos na relação Executivo-Legislativo e o caso paulistano". In ANDRADE, Regis de Castro (org.). Processo de governo no município e no estado. Uma análise a partir de São Paulo. São Paulo: Editora EDUSP.

DOMINGUES, Mauro Petersem (2001). "Espírito Santo: produção legal e relações entre os poderes". In SANTOS, Fabiano (org.). O poder Legislativo nos Estados: diversidade e convergência. Rio de Janeiro: Editora FGV.

FELISBINO, Riberti de Almeida (2008). Instituições e valores políticos: as opiniões das elites parlamentares dos países do Mercosul em perspectiva comparada. Campinas: 6º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, Universidade Estadual de Campinas.

\_\_\_\_\_ (2007). Origem social, perfil de carreira e patrimônio: um estudo da elite parlamentar da Câmara dos Deputados nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub e LIMONGI, Fernando (1999). Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional. São Paulo: Editora FGV.



- GROHMANN, Luis Gustavo M. (2001). "O processo legislativo no Rio Grande do Sul: 1995 a 1998". In SANTOS, Fabiano (org.). O poder Legislativo nos Estados: diversidade e convergência. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- HOLANDA, Felipe Macedo (1990). "O processo de tomada de decisões na Assembléia Legislativa de São Paulo. Estudo de Caso". São Paulo: Centro de Estudos de Cultura Contemporânea.
- JACOBI, Pedro Roberto (1980). "Movimentos urbanos no Brasil". BIB, RJ, n° 9, pp. 22-30.
- LIMA, Maria Regina Soares e CHEIBUB, Zairo Borges (1996). "Instituições e valores: as dimensões da democracia na visão da elite brasileira". São Paulo: Revista Brasileira de Ciências Sociais, n° 31, pp.83-110.
- MACHADO, Fábio Ribeiro (2008). "Comissões, produção legislativa e o papel da informação: um estudo comparativo em Assembléias estaduais". Campinas: 6° Encontro da ABCP.
- MAINWARING, Scott, BRINKS, Daniel e PÉREZ-LIÑÁN, Aníbal (2001). "Classificando regimes políticos na América Latina, 1945-1999". Rio de Janeiro: Revista de Ciências Sociais DADOS, vol. 44, n° 4, pp. 645-687.
- MOISÉS, José Álvaro (2005). "A desconfiança nas instituições democráticas". Campinas: Revista Opinião Pública, vol. XI, n° 1, março, pp. 33-63.
- MORAES, Filomeno (2001). "A dinâmica legislativa na Assembléia do Estado do Ceará: 1995 a 1998". In SANTOS, Fabiano (org.). O poder Legislativo nos Estados: diversidade e convergência. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- PAIT, Heloisa (1990). "Isenção de ICMS para rádio e TV". São Paulo: Centro de Estudos de Cultura Contemporânea.

PERISSINOTTO, Renato Monseff e BRAUNERT, Mariana Bettega (2006). “A direita, a esquerda e a democracia: os valores políticos dos parlamentares paranaenses (1995-2002)”, Campinas: Revista Opinião Pública, vol. 12, nº 1, abril/maio, pp. 114-135.

PEREIRA, André Ricardo (2001). “Sob a ótica da delegação: governadores e Assembléias no Brasil pós-1989”. In SANTOS, Fabiano (org.). O poder Legislativo nos Estados: diversidade e convergência. Rio de Janeiro: Editora FGV.

SANTOS, Fabiano (org.) (2001a). O poder Legislativo nos Estados: diversidade e convergência. Rio de Janeiro: Editora FGV.

\_\_\_\_\_ (2001b). “A dinâmica legislativa no Estado do Rio de Janeiro: análise de uma Legislatura”. In SANTOS, Fabiano (org.). O poder Legislativo nos Estados: diversidade e convergência. Rio de Janeiro: Editora FGV.

SOUZA, Márcia Teixeira (2008). “Avaliação dos mecanismos institucionais da Comissão de Fiscalização de Controle da Assembléia Legislativa de São Paulo”. Campinas: 6º Encontro da ABCP.

TOMIO, Fabrício Ricardo de L. e RICCI, Paolo (2008). “Conexão eleitoral, processo legislativo e estratégias parlamentares nas Assembléias Legislativas estaduais”. Campinas: 6º Encontro da ABCP.

#### **OUTRAS REFERÊNCIAS**

Dicionário Eletrônico de Língua Portuguesa Houaiss (2007). Versão 2.0a.

Latinobarômetro <http://www.latinobarometro.org/>.